

# Constituição de 46 poderia ser modelo

## LUSTOSA DA COSTA

A Constituição de 1946 deveria ter servido de roteiro para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, desde que devidamente adaptada à realidade de 40 anos depois. Ela teria adiantado em muito a velocidade dos trabalhos de confecção da nova Carta Magna, segundo alguns integrantes da Comissão de Sistematização.

Outros, porém, discordando, acham que a realidade brasileira é muito diversa e que o fato de os constituintes terem começado seu trabalho a partir de uma folha de papel em branco foi muito útil para o aprofundamento de alguns temas que, de outra forma, não mereceriam tanta atenção.

"Teria sido muito bom tomar a Constituição de 46 como modelo, atualizando-a, uma vez que são passados 41 anos desde sua promulgação. Ela teria de se compatibilizar com a realidade brasileira contemporânea", observou o senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PSD e vice-presidente da Comissão de



Passarinho: "Sem um texto básico, estamos desde o início num processo repetitivo"

Sistematização. Ele lamentou que "não se tenha tomado nenhum texto básico para orientação, daí porque estamos, desde fevereiro, presos a um processo repetitivo. Concordo ainda que a Constituição de 46 foi uma das mais adequadas ao Brasil", concluiu.

O líder do PFL, José Lourenço vai mais longe em matéria de referência histórica:

"A melhor Constituição que o Brasil teve foi a de 1891, porque, afinal, foi escrita por Rui Barbosa, embora a Carta do Império de 1824 tenha sido excelente. Agora, as coisas teriam sido mais fáceis se tivéssemos partido de um anteprojeto. Poderíamos ter adotado como anteprojeto a de 46, que era muito boa".

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos autores do regimento da Constituinte e um dos relatores da Comissão de Sistematização, expressa opinião inteiramente contrária:

"Não concordaria em ter a Constituição de 46 como roteiro porque daria à Assembléia Nacional Constituinte apenas a função da correção ad hoc. Ela teria apenas o poder de

emenda. A técnica inventada por nós, de tirar tudo de um papel em branco, embora possa, de início, levar a uma série de perplexidades, permite que se discuta, com maior profundidade, uma série de assuntos que poderiam ficar perdidos num projeto global. De resto, seria solução conservadora".

Um dos relatores da Constituição de 1987 — votada no final do governo Castello Branco — o deputado Konder Reis (PDS-SC), integrante da Comissão de Sistematização, lembra que a Constituição de 46 por ter sido elaborada no final do Estado Novo, foi documento muito influenciado pela revolta contra a ditadura, razão porque inscreveu inúmeros e salutaros princípios liberais. Está, porém, superada para o momento presente. "O Brasil mudou com o mundo. Temos de regular um sem número de relações sociais que, em 46, não necessitavam disciplina através de norma constitucional. Não se pode voltar no tempo. Até o presente, o atual projeto de Constituição, mais preocupado com o social, está muito melhor que o de 46."



José Lourenço: "As coisas teriam sido mais fáceis se tivéssemos um anteprojeto"

Velho militante comunista, o deputado baiano Fernando Santana concorda com Konder Reis. "Hoje se dá o mesmo fenômeno, a revanche contra o sistema ditatorial implantado em 64. A tendência liberalizante é resposta à ditadura militar e isso influencia o corpo constituinte."

Um dos mais ativos representantes xilias na Constituinte, o deputado, José Genóino (PT-SP), também não gostaria de estar seguindo o roteiro da Constituição de 46. Ele explica, assim, sua posição:

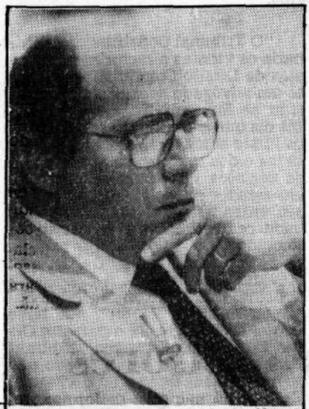
"O quadro político-histórico é muito diverso do de hoje. A fisionomia econômico-social do País, as atribuições do Estado, as relações sociais mudaram muito. Daí porque não poderíamos repetir a matriz de 46. Temos de criar nova matriz. A Constituição de 46 foi modelo de democracia formal. Nesta, queremos consagrar direitos sociais e econômicos, ao lado de direitos políticos. Ela, como está sendo feita, é a mais avançada de quantas existiram no Brasil em matéria de avanço no capítulo dos direitos individuais e sociais. Por isso está sendo tão combatida. (Brasília/Ag. Estado).

## Anteprojeto, "uma porcaria"

### RIO AGÊNCIA ESTADO

A Constituição de 46 foi muito boa, tanto no plano dos direitos individuais quanto no econômico e no social. O que os constituintes de 87 deveriam fazer é adotá-la, pelo menos como exemplo, e não ficarem com essa porcaria que está aí", disse ontem o advogado Heráclito de Sobral Pinto.

Sobral Pinto, que se tornou famoso pela defesa dos direitos do ci-



Reale Jr.: "Mas só JK cumpriu o mandato com Constituição de 46"

dadão e das liberdades, disse que "seria melhor que os constituintes atuais se voltassem para a Carta Magna de 46, ao invés de ficarem nesta desordem, nesta inconseqüência que aí está, que se pode constatar em Brasília. E se não têm outra alternativa senão a desordem, podem fazer uma boa opção. A de adotar este projeto: artigo 1º: fica restabelecida a Constituição de 46. Parágrafo único: revogam-se as disposições em contrário".

O presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, reconheceu que a Constituição de 46 foi

uma boa Carta Magna. A mesma declaração foi feita por outros juristas, que se mostraram, inclusive, mais simpáticos à Carta Magna elaborada depois da queda do Estado Novo do que o próprio Arinos. O senador, constituinte em 46, disse que os parlamentares da época adotaram como texto-base o anteprojeto elaborado em 1934 por uma comissão. Ele lamentou que "a Constituinte de 87 não tenha tido um modelo, e isso acabou por criar uma situação heterogênea".

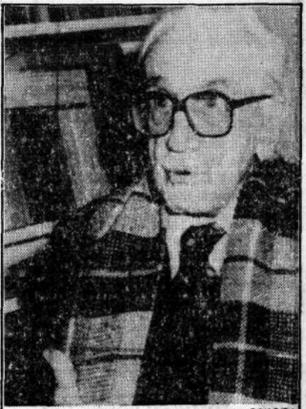
O presidente da Comissão de Sistematização argumentou ainda que se os atuais constituintes tivessem começado seus trabalhos com um texto-base, tal como ocorreu com seus colegas de 46, provavelmente teriam a vantagem de um modelo para iniciar seus debates. Afonso Arinos esperava que o presidente Sarney enviasse, logo no início dos trabalhos da Constituinte, em fevereiro, o anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que presidiu. Isso, porém, não foi feito. Entretanto, ele teve uma compensação: o próprio presidente Sarney indicou ao PMDB e PFL do Rio, ano passado, seu nome para uma das sublegendas na chapa de candidaturas ao Senado.

Para o ministro (aposentado) do Supremo Tribunal Federal, Clóvis Ramalheite, "As constituições são boas para o momento histórico, se acaso o sejam". O jurista disse que a Constituição do Império foi a melhor possível, para o nascimento do Brasil como Estado independente: "Foi importante que tivéssemos a monarquia por causa do imperador, que pôde, então, atender àquela idéia da fundação do Estado brasileiro como sucessor de Portugal em toda a sua parte territorial. O prestígio de d. Pedro I pôde, assim, galvanizar toda a Nação brasileira para a garantia da soberania sobre a base territorial portuguesa. Quando o Maranhão e o Estado do Grão-Pará quiseram continuar portugueses, nós tivemos autoridade para mandar para lá Marinha e o Exército para contê-los no Brasil: Não foi possível haver a separação", acrescentou o jurista.

Ramalheite lembrou que "aquela

Constituição, a de 1824, concentrou poderes tais nas mãos do imperador que foi muito boa para sua época, e foi realmente excelente, porque deu poderes para nós construirmos um Brasil íntegro, e hoje nós somos brasileiros de Norte ao Sul".

A seu ver, a Constituição de 46, para a sua época, foi feita com muita sabedoria. "E qual foi a sua época? Aquela em que o País saía do Estado Novo, com o poder ilimitado nas mãos de um ditador, para o regime



Sobral: "Poderiam aprovar um artigo: fica restabelecida a Constituição de 46"

representativo." Na sua opinião, porém, para os dias atuais, aquela Constituição já não serviria. "Seriam melhores os princípios da Constituição de 67, uma vez que fossem abrangidos alguns excessos, como a instituição do decurso de prazo", afirmou.

Ramalheite destacou também um item que considera uma virtude da Constituição de 67: a instituição da vinculação partidária. "Um deputado que troca de partido está desapropriando a vontade política dos seus eleitores. Se o partido mudar de

orientação em uma conjuntura, ele deve lutar contra ela dentro do partido. Eu estou me inspirando, por exemplo, no Partido Trabalhista Inglês, no Partido Liberal Inglês e no Partido Conservador Inglês", disse.

Outros juristas, que analisaram a Constituição de 46, também consideraram que ela teve grandes virtudes, inclusive nos planos econômico e social, além de ter proposto medidas que dependeriam de leis ordinárias. Tendo adotado ainda, o princípio da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Mas os mesmos juristas que fizeram grandes elogios à Constituição de 46, afirmaram que ela instituiu um divórcio entre o Legislativo e o Executivo. O assessor da presidência da Comissão de Sistematização, jurista Miguel Reale Jr., disse que apenas um presidente da República conseguiu levar adiante o seu plano de governo durante a vigência da Constituição de 46: Juscelino Kubitschek.

O Executivo, para os críticos do alto poder dado pela Carta Magna de 46 ao Legislativo, não tinha instrumental para fazer valer seu plano de governo, e tinha dificuldades para estabelecer o orçamento da União, para criar cargos e criar despesa, enquanto o Legislativo não tinha um processo de decisão rápido.

Um presidente, eleito em 1950, que atuava estimulando o populismo e que tinha, para historiadores, uma vocação autoritária que demonstrou como ditador, de 37 a 45, Getúlio Vargas, foi um dos mais duros críticos da Constituição de 46. Ele chegou a dizer, em certa ocasião, que era "impossível governar com a Constituição de 46".

Um jurista, que defendeu presos políticos na década de 70, afirmou que lamenta que a oposição da época, hoje no governo e na Constituinte, não adote a Constituição de 46 como texto-base. Ele lembrou o fato de aquela Carta Magna ter sido objeto de críticas durante o período de maior risco para as garantias individuais e para a livre iniciativa, na última década.

## Constituinte já gastou mais de 400 milhões

Depois de oito meses de funcionamento, a Constituinte chegou à votação da Comissão de Sistematização que, em 23 dias, conseguiu aprovar apenas 12 dos 336 artigos do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que ainda terá de ser submetido ao plenário. Mesmo com trabalho aos sábados e domingos ninguém sabe quando a nova Carta ficará pronta. O certo é que, sem contar os gastos normais do Congresso, a Constituinte já consumiu cerca de 400 milhões de cruzados, só em verba extra.

Até 15 de julho os números oficiais mostram despesa extra de Cz\$ 255.669.917,83, sendo Cz\$ 179.894.874,75 no Senado e Cz\$ 75.775.043,04 na Câmara. Os gastos até hoje ainda estão sendo atualizados, enquanto a projeção até o final do ano indica algo em torno de meio bilhão de cruzados. Quantidade suficiente para construir 2.500 casas populares de dois quartos, em regiões carentes de São Paulo, Rio ou Brasília, capazes de abrigar mais de cem mil pessoas, entre crianças e adultos.

Claro que se fossem computados os gastos normais do Congresso, com o pagamento de seus mais de dez mil funcionários, muitos com salários e vantagens superiores a Cz\$ 100 mil mensais, além dos deputados e senadores, transporte, serviço de assistência, taxas de correio, telefone, passagens, representação, hospedagem e burocracia, os números cresceriam muito. Para o próximo orçamento, o Congresso terá, sem futuras verbas extras, mais de Cz\$ 20 bilhões.

Somente para a Constituinte, a Câmara e o Senado formaram um núcleo de apoio, para trabalho em tempo integral e regime de dedicação exclusiva, não raras vezes, também aos sábados e domingos, até 23 horas. Em lanches esse pessoal já gastou até 15 de julho Cz\$ 177.904,10, e em transporte extra o total de Cz\$ 151.110,78. Em horas extras os funcionários já receberam, até agora, quase cem milhões de cruzados. Existem, ainda, gratificações pela Constituinte, sendo que lideranças e membros da Mesa podem

contratar assessores extras, com altos salários, de que se beneficiam parentes e amigos, bem como ex-parlamentares.

Só em cópias de material, a Constituinte já gastou mais de Cz\$ 1,5 milhão, sendo que até setembro foram tiradas 19,2 milhões de cópias xerográficas e 5,4 milhões de cópias off set que, empilhadas, chegariam a 1.200 metros, ou seja, o equivalente a 15 vezes a altura do prédio de 28 andares do Congresso Nacional.

Nestes números não estão computadas a papelada do Processamento de Dados e as publicações do Centro Gráfico do Senado, que até 15 de julho consumiram 152 milhões de cruzados. Só com a impressão de constituições em vigor, para uso dos parlamentares, foram gastos Cz\$ 270 mil. O vestuário dos copistas da Constituinte custou Cz\$ 27.920,00, e em ventiladores foram gastos 300 mil cruzados e outros 552 mil no aluguel de telões para transmissão de TV. O material de filmagem e gravação saiu por 400 mil cruzados.

Com a reforma de salas, gabinetes e ambientes para adaptação às necessidades da Constituinte, foram gastos mais de um milhão de cruzados, sendo que muitas dessas obras terão de ser desfeitas posteriormente. Com aparelhagem de som os gastos chegaram a Cz\$ 2,2 milhões, enquanto o material de expediente poderá custar dois milhões de cruzados até o final do ano. O sistema de votação eletrônica, ainda funcionando precariamente, já consumiu 36,4 milhões de cruzados.

Sem computar as cotas normais de correio e telefone dos deputados e senadores, apenas em ligações extras da Constituinte a despesa até 15 de julho já chegou a Cz\$ 649.040,68 e as postais e telegráficas a Cz\$ 721.461,55. Os diversos convidados das comissões e subcomissões da Constituinte — Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) movimento de mulheres, de negros, de homossexuais, de educação etc — tiveram as passagens aéreas até Brasília pagas pelos contribuintes, o que totalizou Cz\$ 336.178,37, com a hospedagem saindo por Cz\$ 283.745,57.

## 'Estabilidade pode agravar a recessão'

Ao encerrarem ontem, em Gramado, o XVII Encontro de Federações de Indústrias da Região Sul, empresários de vários setores divulgaram um documento chamado "Advertência à Nação", através do qual alertam o País sobre os riscos da aprovação da estabilidade no emprego pela Constituinte. Segundo o documento, haverá um agravamento do processo recessivo, com a redução das ofertas de trabalho e o "congelamento" das vagas atuais.

Os empresários criticam ainda a intervenção do governo na economia, salientando que o "setor privado, autêntico e legítimo agente de progresso, não suporta mais o peso do Estado paternalista, do Estado empresário, do Estado que comete sandices econômicas a pretexto de distribuir e promover a justiça social".

## "Populismo, perigo na Constituinte"

As decisões tomadas na Comissão de Sistematização da Constituinte são provocadas por grupos de políticos "populistas", que aprovam temas com forte apelo popular, sem nenhuma preocupação com sua viabilidade. A partir do momento em que os constituintes passarem a discutir os assuntos relativos à Ordem Social do substitutivo do relator Bernardo Cabral, os "avanços" anunciados pelos "populistas" serão detidos devido ao contato com a realidade do País. O resultado deste confronto provocará a "luta de classes", ao invés do pacto social e da negociação que interessam a todos os grupos comprometidos com a democracia no Brasil.

A previsão é do presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Hiran Corrêa Dias, feita ontem na Capital momentos antes de retornar a seu Estado. Em sua opinião, os maiores interessados em que esse processo atinja os parlamentares envolvidos na elaboração da nova Carta são "as esquerdas e, possivelmente, a direita radical, estes desejosos de substituir a ordem institucional de maneira não legal".

O empresário descarta soluções "imediatistas" como "as diretas já" para presidente da República: "O atual clima de desconforto econômico que a maior parte da Nação atravessa apenas aumenta as possibilidades do confronto se for convocada uma eleição agora", afirma. E critica o último pronunciamento feito pelo presidente José Sarney. "Foi uma iniciativa contraditória, que propôs a estabilização mas desestabilizou ainda mais o sistema partidário brasileiro. Traduzindo, Sarney pediu plenos poderes e aval antecipado às suas decisões. Entendo isto como uma atitude despótica."

Hiran Corrêa Dias acredita, porém, que a situação atual da Constituinte começa a reverter a partir do momento em que as propostas da



Reginaldo Manente

### Hiran Corrêa

Comissão de Sistematização forem levadas à apreciação do plenário da Assembléia. Inicialmente por achar que a Comissão de Sistematização não representa "um resumo" do Congresso, com todas as tendências eleitas em 15 de novembro. E por não acreditar que os grupos "minoritários" na Comissão irão reverter o quadro no plenário.

Depois, porque o empresário espera que seus colegas "peguem os chamados temas políticos e, ao invés de ficar repetindo jargões sobre a inviabilidade das propostas, partam para o esclarecimento sobre o assunto". Para Hiran, até agora os empresários atuaram como os "populistas" em questões importantes, atitude que pretende mudar: "Precisamos esclarecer a opinião pública que o salário mínimo é baixo, porque a empresa é pobre — e a empresa é pobre porque é espoliada pelo Estado. Se repetirmos a tese da 'exploração', apenas repetimos os discursos dos populistas, enquanto podemos provar que o salário do proprietário de uma pequena empresa é quase tão baixo quanto de seus empregados".

O presidente da Associação Comercial de Minas Gerais vai defender as teses sobre a "ofensiva empresaria-

rial" durante a reunião que o presidente nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal, marcou para quinta-feira, em Brasília. Hiran quer aproveitar a oportunidade e pedir também a "cooperação dos meios de comunicação nesta fase da Constituinte, para que apresentem os textos em debate de forma didática e não explorando as disputas". Ele não considera esta atuação como censura.

Como "exemplo", Hiran lembra o tratamento destinado a temas como a diminuição da jornada de trabalho, a dispensa imotivada e o aumento do período de licença para as trabalhadoras grávidas para justificar o pedido. O empresário prevê que o maior número de dias parados pagos vai tirar a mulher casada do mercado de trabalho, pois os riscos serão maiores para o empregador. A definição de um determinado número de horas para jornada de trabalho é considerada um absurdo por Hiran, pois na sua opinião o período deve ser definido conforme as características da região onde ocorrer.

"A despedida imotivada, então, destrutura o ambiente nas empresas e cria um clima de conflito entre empresário e trabalhador." Esta primeira consequência estaria dentro das propostas dos "populistas" que pretendem incentivar a luta de classe. "As pequenas faltas ganharão relevo, desaparece o aprendizado etc. As empresas são ágeis e vão se adaptar à nova realidade, mas vai diminuir a geração de empregos, inclusive porque as firmas em situação econômica difícil, que não puderem manejar os contratados, desaparecerão."

Nestes três casos, conforme Hiran, a opinião pública ficou sabendo com maiores detalhes da disputa entre os "populistas" e seus adversários e dos reais motivos de os empresários ficarem contra as medidas. "É importante registrar que o segmento que defende a luta de classes vive repetindo sobre as decisões da Comissão de Sistematização: 'Já é um progresso', pois quer a manutenção do estado de atrito. Assim eles aparecem nos jornais, o que não ocorre quando o clima está tranquilo."